

Plantas em trânsito: a circulação de gêneros alimentícios e espécimes medicinais na construção da biodiversidade no Brasil Colonial

Plants in traffic: the circulation of foods and medicinal specimen in the construction of biodiversity in Colonial Brazil

Larissa Patron Chaves

 <https://orcid.org/0000-0003-1678-7007>
Universidade Federal de Pelotas

Mônica Lucas Leal de Macedo

 <https://orcid.org/0000-0003-3449-8946>
Universidade Federal de Pelotas

Rafael Ferreira Costa

 <https://orcid.org/0000-0001-8448-082X>
Universidade Federal de Pelotas

Resumo: Essa escrita trata da análise e reflexão sobre a circulação de plantas utilizadas para fins alimentícios e medicinais durante o Período Colonial no Brasil, entre os séculos XVI e XVII. Nosso objetivo é analisar a forma como esses produtos transitaram por esse território, e quais as conexões que se estabeleceram com os continentes europeu, africano, asiático, além dos demais territórios americanos, sejam pelo trabalho missionário ou pelas trocas comerciais com as metrópoles. O ponto de partida é observar como se obteve o reconhecimento dessas plantas e as suas relações com os seres humanos no período, para então compreender como ocorreram os seus deslocamentos intercontinentais até chegarem ao Brasil. Outro aspecto é refletir sobre como a biodiversidade brasileira fora construída a partir do estabelecimento desses espécimes, alargando o conhecimento sobre este e diferentes lugares do globo, e modificando as noções de local e global. Nessa perspectiva interessa-nos pensar os modos como esses itens alimentares ou curativos foram cultivados, pesquisados, explorados e consumidos para atender às necessidades dos diferentes contextos, perspectivando como a circulação contribuiu para a transformação de aspectos culturais em múltiplos territórios.

Palavras-chave: Circulação de plantas. Brasil Colonial. Plantas alimentícias. Plantas medicinais. História Global.

Abstract: This article aims to analyze and reflect on the circulation of plants utilized for food and medicine during Brazil's colonial period, from the 16th to the 17th century. Our objective is to analyze the way in which these products traveled across this territory, and what connections were established with the European, African and Asian continents, as well as other American territories, whether by work of missionaries or by commercial trading with metropolises. The starting point is observing how these plants were first discovered and their relationships with the human race at the time, to then understand how they moved across continents until getting to Brazil. Another aspect is reflecting on how brazilian biodiversity had been constructed starting from the establishment of these species, broadening the knowledge



Esta obra está licenciada sob uma [Creative Commons – Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

of this and other places of the world, and modifying the ideas of local and global. In this perspective it is our interest to discuss how these foods and medicines were cultivated, researched, explored and consumed to attend the necessities of different contexts, putting in perspective how their circulation contributed to the transformation of cultural aspects in multiple territories.

Keywords: Circulation of plants. Colonial Brazil. Edible plants. Medicinal plants. World history.

Introdução

O processo de deslocamento territorial dos organismos vivos precede a existência humana no planeta, afinal, as necessidades de sobrevivência levaram-nos a procurar recursos em outras regiões. O que os seres humanos fizeram foi acelerar, controlar e modular essa distribuição. Plantas como batata, milho, trigo, tomate, além do prato-base da culinária brasileira, o arroz e o feijão, fazem parte da realidade alimentar de muitos povos na atualidade, independentemente de sua localização no globo. Tal possibilidade leva a diversidade nutricional, cuja adaptação dos ingredientes permite à população local a hierarquização dos produtos segundo demandas culturais, como facilidade produtiva, vantagens comerciais, relações com a memória, a religiosidade e os costumes dos indivíduos que compõem a comunidade. Um acarajé, uma pizza ou um chá – tão bem introduzidos e consolidados na realidade do brasileiro –, podem estar associados à saciedade da fome, mas, ao escavar o passado que nos conecta aos seus pontos de origem, encontramos o vínculo com a espiritualidade da costa ocidental africana, com a consolidação da identidade nacional italiana e com a tradição agrícola no leste asiático. Não apenas ao consumo humano se restringe a utilidade das plantas, esses organismos assumem inúmeras funções nos cenários sociais, de pigmentos à mobiliários, de fibras às matérias construtivas, podendo atender à indústria têxtil, de papel e celulose, química, farmacêutica etc. Esse panorama se materializa no dia-a-dia dos indivíduos há séculos. Nossa alimentação nos faz perder de vista o laborioso, arriscado e complexo processo que levou um brasileiro do século XXI a poder consumir todos os nutrientes que lhe são necessários. Afinal, sabemos o ponto de partida de muitos itens de nossa lista de compras? Ou mesmo como foi possível que nossas receitas existissem? Quantos erros custaram vidas, pelo equívoco de proporções de uma erva numa infusão ou num frasco de laboratório, para que pudéssemos curar uma febre, uma dor ou uma infecção?

Investigações arqueológicas mostram que grande parte dos ingredientes, hoje tão populares, podem surpreender muitos consumidores pela sua longínqua origem. Se uma macaxeira poderia ser cultivada em pequenas plantações de subsistência onde hoje estão prédios e avenidas no Brasil, o mesmo não seria possível do inhame sem que fosse trazido da África. Já era comum a circulação e domesticação de plantas nas Américas antes da presença europeia, mas com a inserção no comércio colonial mundial, o continente passou a participar dos processos de adaptação, valorização ou desuso de certas plantas, de acordo com as necessidades locais. Tal evento foi chamado por Alfred W. Crosby de “intercâmbio colombiano”, como atesta Bernardo Tomchinsky e Lin Chau Ming:

Durante o processo de colonização europeia, muitas destas plantas caíram em desuso e esquecimento, enquanto espécies exóticas ganharam grande importância para a população brasileira e outras espécies nativas do Brasil ganharam importância cultural e econômica em outras regiões do globo, no que foi cunhado como o intercâmbio colombiano (Crosby 2003). Antes mesmo deste período, a população nativa, por meio de redes locais de trocas, já fazia o intercâmbio de espécies vegetais com outros grupos americanos”. (TOMCHINSKY; MING, 2019, p. 2).

Diante dessa lógica inter-relacional entre culturas tão distantes – mas que em certo ponto acabaram por não apenas se conectar, como também influenciar –, nos leva a adentrar pelo universo da alimentação e farmacologia¹ brasileira e suas conexões com suas raízes nacionais e internacionais.

A partir da reflexão sobre a história do expansionismo ibérico, esta escrita trata do tema da circulação de plantas alimentícias e medicinais no Brasil Colonial, entre os séculos XVI e XVII, evidenciando o fluxo da troca comercial no período, como contribuinte da construção de novas relações culturais com a biodiversidade em trânsito. Partimos das relações de poder estabelecidas entre as coroas portuguesa e espanhola, cuja análise recai sobre as redes de conexões com a monarquia católica ibérica em um momento de expansão, tendo como um dos tópicos principais a questão da “circulação das novas plantas e drogas e as transformações das farmacopeias europeias” (GRUZINSKI, 2001, p. 183). Destacamos que a temática é abordada por pesquisadores que constituem importante fonte de conhecimento, a qual somamos novas indagações para o aprofundamento da reflexão histórica.

William Beinart e Karen Middleton em “Transferências de plantas em uma perspectiva histórica: o estado da discussão” (2009), tratam de avaliar as formas como as transferências de plantas no período Imperial europeu podem ser vistas a partir de padrões assimétricos, nas relações entre o local e o global quanto ao privilégio da circulação; Sílvio Marcus de Souza Correa no artigo “Africanidades na paisagem brasileira” (2010), destaca a importância das plantas de origem africana e asiática, integrada diretamente a dieta alimentar dos brasileiros desde o século XVI; Warren Dean na obra “A botânica e a política imperial: a introdução e a domesticação de plantas no Brasil” (1991) analisa a troca de plantas e espécies de animais exóticos como parte dos elementos culturais considerados como estratégicos para a coroa portuguesa no controle da sociedade colonial; Cinthia V. Zúniga de Souza Donini e Christian Fausto Moraes dos Santos no artigo “Aliviam e temperam: uso e emprego das drogas do sertão no século XVIII” (2017) analisa o desenvolvimento da medicina terapêutica a partir do descobrimento e conhecimento da fauna e flora brasileira no Brasil Colonial, considerando avanço sobre o Sertão e Amazônia; Francisco Angelo Gurgel da Rocha, Magnólia Fernandes Florêncio de Araújo, Nilma Dias Leão Costa e Roberto Pereira da Silva em “O uso terapêutico da flora na história mundial” (2015) abordam o uso de espécies bioativas ao longo da história humana, enfocando o Período Colonial no Brasil como fundamental para a descoberta da flora como finalidade terapêutica; Bernardo Tomchinsky e Lin Chau Ming no artigo “As plantas comestíveis no Brasil dos séculos XVI e XVII segundo relatos de época” (2019) analisam o texto de 18 autores para a descrição imagética e textual da flora comestível no Brasil Colonial; e Isaac Facchini Badinelli com a monografia intitulada “Saúde e Doença no Brasil Colonial: Práticas de cura e uso de plantas medicinais no Tratado *Erário Mineral* de Luís Gomes Ferreira (1735)” analisa as práticas da cura no Brasil colonial tendo como referência um dos primeiros tratados de medicina brasileira escrito em língua portuguesa.

A partir da revisão historiográfica pensamos o objeto de pesquisa na sua contribuição com as relações entre o local e o global, adentrando às fontes e ao tema da alimentação para compreensão de trocas comerciais e sociais do período. Tais obras contribuem para a análise e reflexão do tema e do objeto aqui proposto, por perspectivas próprias, mas complementares, que ao serem incluídas contribuirão para a construção de nossa argumentação.

¹ Farmacologia é o termo usado para o estudo dos efeitos dos medicamentos sobre os seres vivos, segundo o dicionário Houaiss da Língua Portuguesa. Disponível em: www.dicio.com.br/houaiss. Acessado em 14/01/2023.

Plantas em trânsito

Numa perspectiva ecológico-evolutiva, plantas e animais sempre estiveram em constantes fluxos de mobilidade, cuja adaptação às novas realidades (favoráveis ou não) lhes permitiu que sua permanência em determinadas localidades fosse bem sucedida ou fracassada. Quando associamos à dimensão antropológica, observamos como as oportunidades de desenvolvimento agrícola garantiram o surgimento dos primeiros núcleos humanos – com destaque para o papel dos rios nesse processo –, assim como a expansão da biodiversidade local. Seja de maneira espontânea ou manipulada, esses organismos vivos passaram por longos – e lentos – processos de adequação às necessidades humanas, cujo resultado foi a crescente complexificação cultural. Desde a Antiguidade, as rotas comerciais permitiam que povos de regiões distantes tivessem contato com diversos produtos anteriormente inacessíveis, enquanto novas cidades emergiam no cruzamento dessas estradas. À medida que encontravam condições favoráveis, espécimes eram incorporados à produção local e garantiam o enriquecimento da cultura de seus receptores, afinal, as “sementes, diz ela [Lucile Brockway], ‘têm sido um dos primeiros e mais preciosos artefatos culturais’” (BEINART; MIDLETON, 2009, p. 168). O resultado é a melhoria da qualidade de vida: alimentos diversificados garantem a melhor nutrição, assim como se tornam mais saborosos; mais ervas significava maior potencial medicinal; novas matérias primas aqueciam a produção local e barateavam custos; assim como criavam novos elementos dentro da tradição, da religiosidade, das expressões artísticas ou científicas e mudavam a paisagem. Se, numa perspectiva local, essa variedade melhorava a vivência da população (micro-espacos), numa dimensão global esses pequenos núcleos primitivos se converteram em grandes centros de dilatação, influenciando ou mesmo conquistando suas zonas fronteiriças. Concordando com Serge Gruzinski, as distâncias se dissolvem de tal modo que o “desconhecido torna-se familiar, o inacessível torna-se disponível enquanto o longínquo aproxima-se de maneira espetacular” (GRUZINSKI, 2001, p. 183). Esse cenário se ampliou com a emergência da nova realidade político-econômica gerada pela ampliação das rotas comerciais entre os séculos XV e XVI.

A conexão geográfica entre África, Ásia e Europa garantiu que diversos produtos ultrapassassem densas florestas, extensos desertos ou as mais altas montanhas, mas o mar ainda era um ameaçador desafio. A prosperidade europeia se valeu das diversas sementes deslocadas em suas fronteiras. Seja no entorno do Mediterrâneo ou cruzando o Crescente Fértil em direção ao Leste/Sudeste Asiático, os Antigos espalharam cereais como trigo, cevada e aveia; frutas como bananas, melões e pêssegos e leguminosas como feijão e ervilha. Tal comportamento se perpetua ao longo dos séculos sem se limitar ao protagonismo eurocentrado no comando desses fluxos, como destacam Francisco da Rocha, Magnólia de Araújo, Nilma Costa e Roberto da Silva:

Em seu auge (Sec. VII e VIII), o Império Islâmico foi responsável pela transferência bem sucedida de vegetais entre o Sudeste da Ásia, Oriente Médio, Norte da África e Europa, enriquecendo a *Materia Medica* do mundo muçulmano com dezenas de espécies, incluindo o cominho negro, cedro, limão, berinjela, figo, alho, hena, cebola, arroz e melancia (ROCHA *et al.*, 2015, p. 52).

Da mesma forma que a influência islâmica entre o Norte da África e o Oriente Médio permitiu ampliar o contato entre extremos, também criou barreiras culturais e comerciais – reforçando seu caráter ativo relevante nos processos (diretos e indiretos) de deslocamento econômico internacionais e interculturais –, contribuindo para a busca dos europeus por novas

rotas, principalmente em direção às Índias. A produção de ervas e especiarias movimentavam o mercado com o continente asiático há séculos, muito em função da necessidade de melhorar o sabor dos seus alimentos ou do combate às enfermidades. O encarecimento dos produtos, em decorrência dos altos preços e dos inúmeros intermediários no processo, levou os reinos ibéricos a contornarem o litoral africano – ocupando-o também na costa oeste –, gerando o interesse por cruzar o Atlântico, resultando na presença europeia nas Américas. A inserção do Novo Mundo nos jogos de poder dos Estados europeus aqueceu a economia mundial e ampliou o horizonte da perspectiva global de trocas comerciais e da biodiversidade. Tal realidade se torna palpável à medida que observamos o trânsito de plantas em descrições e relatos de viagem, estudos botânicos ou em registros de compra, venda e plantio realizados no Período Colonial.

Em 2019, Bernardo Tomchinsky e Lin Chau Ming catalogaram textos de 18 autores² que habitaram o Brasil, de modo temporário ou permanente, entre os séculos XVI e XVII. O resultado do estudo foi apresentado no artigo “As plantas comestíveis no Brasil dos séculos XVI e XVII segundo relatos de época”, onde os agrônomos identificam nos autores aspectos pertinentes ao entendimento desse deslocamento botânico como parte do projeto colonizador europeu:

Thévet e Léry estavam vinculados à França Antártica e Claude d’Abeville à França Equinocial, enquanto Gaspar Barléu, Jorge Marcgrave e Guilherme Piso participaram do projeto holandês; já os demais autores estavam de alguma forma vinculados ao projeto colonizador português (TOMCHINSKY; MING, 2019, p. 3).

O resultado dessa pesquisa foi a breve biografia e a listagem de todos os autores, com respectivas plantas que estudaram, sendo exóticas muitas delas na paisagem nacional:

Foi possível identificar a origem de 183 espécies levantadas neste trabalho; destas, 14 (8%) são endêmicas do Brasil, 97 (55%) são nativas das Américas, ocorrendo naturalmente no Brasil e/ou em outros países do continente, e 65 (37%) são exóticas das América (TOMCHINSKY; MING, 2019, p. 12).

Tais espécies foram agrupadas em 61 famílias botânicas através de descrições ao longo de 827 citações. Apesar dos resultados obtidos na identificação, 37 menções não são claras quanto a classificação científica adequada³, afinal, ainda não existia um sistema único taxonômico. Segundo William Beinart e Karen Midleton:

Uma das mais importantes estratégias quando se escreve sobre a história das plantas tem sido seguir os cientistas botânicos ocidentais e os desenvolvimentos institucionais na difusão de plantas economicamente relevantes” que nos levam aos “circuitos de patronato e produção de

² Pero Vaz de Caminha (1450-1500), Pero Lopes Souza (1517-1578), Hans Staden (1525-1579), Manuel da Nobrega (1517-1570), José de Anchieta (1534-1597), André Thévet (1502-1590), Jean Léry (1534-1613), Pero de Magalhães Gandavo (1540-1579), Frei Vicente de Salvador (1564-1632), Gabriel Soares Sousa (1540-1591), Ambrósio Fernandes Brandão (1555-1618), Fernão Cardim (1549-1625), Claude d’Abeville (?-1632), Frei Cristovão de Lisboa (1583-1652), Jorge Marcgrave (1610-1644) e Guilherme Piso (1611-1678), Gaspar Barléu (1584-1648) e Simão de Vasconcelos (1597-1671) (cf. TOMCHINSKY; MING, 2019, p. 2).

³ O sistema catalográfico e classificatório de organismos vivos, atualmente definido como taxonomia, faz parte da cultura humana desde a Antiguidade, mas apenas no século XVIII o botânico suéco Carl Linnaeus (1707-1778) desenvolveu uma estruturação sólida de ordenamento dos dados acerca das plantas e animais – ampliada para fungos, protozoários e bactérias com o advento dos microscópios – que serve de modelo até a atualidade. A ausência da pesquisa de Linnaeus contribuiu para a dificuldade de reconhecimento de exemplares da biodiversidade pré-Linnaeus, gerando desencontros, conflitos e imprecisões na identificação dos seres vivos nas obras textuais da época.

conhecimentos (BEINART; MIDLETON, 2009, p. 166).

Os historiadores ressaltam como o projeto colonial europeu teve como base o uso da plantação como recurso político desde o Período Colonial, mas a

fuga da família real para o Rio de Janeiro, a chegada de diplomatas credenciados à Corte e a abertura dos portos trouxeram como consequência o aparecimento na colônia, pela primeira vez, de naturalistas estrangeiros. Em contraste dramático com a política praticada anteriormente, de sigilo e exclusão, vários cientistas foram admitidos, associados a missões diplomáticas inglesas, austríacas, e, depois do término das guerras napoleônicas, até francesas (DEAN, 1991, p. 223).

Tamanho investimento no desenvolvimento científico permitiu que instituições como as Ordens religiosas (Benedictinos, Jesuítas, Franciscanos etc.) também se interessassem pelo estudo das plantas com fins científico-farmacológicos. O objetivo foi dar conta das necessidades médicas das enfermarias dos mosteiros, mas a acumulação de manuscritos, situados no século XIX, resultou no “Livro de Receitas de Medicamentos”. A obra contém o total de

152 espécies, distribuídas em 123 Gêneros, englobados em 67 Famílias. Destas, 25 são espécies nativas do Brasil, enquanto 127 são exóticas (MEDEIROS, 2010b). Em Olinda foram identificadas 43 espécies vegetais pertencentes a 38 Gêneros, inseridos em 17 Famílias (ALENCAR, 2010). No Mosteiro [benedictino] de Olinda, Medeiros e Albuquerque (2012) concluíram que as partes mais utilizadas eram as raízes (31%), folhas e flores (16% cada), caules (13%), frutas e resinas (7%) (ROCHA *et. al.*, 2015, p. 55).

Apesar da catalogação realizada pelos monges de São Bento proporcionar um alto índice de plantas melhor classificadas taxonomicamente, a realidade colonial não foi tão favorável, conforme mencionamos anteriormente nos estudos de Bernardo Tomchinsky e Lin Chau Ming sobre as obras dos séculos XVI e XVII. Como analisa Sílvio Correa (2010), ao estudar a implantação das melancias no Brasil, foi crescente a quantidade de vertentes metodológicas para categorizar os organismos vivos a partir do Período Colonial. O resultado é a falta de clareza, ou mesmo confusão, no momento de reconhecer membros de certas classes vegetais e suas características biológicas, que prejudica a análise historiográfica dos objetos estudados, afinal, pode induzir aos equívocos e dificulta a leitura desses fluxos biocomerciais. O historiador destaca que muitos estudos botânicos foram baseados em Cláudio Galeno (c.129-c.217 d.C.), filósofo grego que se consolidou como um dos principais médicos de Roma, tendo realizado pesquisas em anatomia, fisiologia, patologia e farmacologia, cujos estudos foram úteis na categorização de vegetais:

Para as frutas, Galeno havia dividido em dois tipos quanto à sua procedência: as frutas de ervas, ou seja, plantas rasteiras como melões, pepinos e abóboras; e, as frutas de árvores. As primeiras eram de mais difícil digestão. Daí uma série de superstições e tabus alimentares em torno de algumas delas. Acreditava-se que comer melancia quente resultava em “esquentamento” [blenorragia, também conhecida como gonorreia] (CORREA, 2010, p. 102).

Sílvio Correa esclarece que o médico greco-romano foi a referência de diversos autores coloniais, como o padre jesuíta Fernão Cardim (1540-1625) – Ordem esta que é considerada a pioneira na produção e exportação para todo o território luso de fármacos (cf. ROCHA *et. al.*, 2015, p. 53-54) –, mas isso não significou a ausência de discordâncias. Para

o médico e botânico alemão Christian Mentzel (1622-1701), em seu “*Theatrum Rerum Naturalium Brasiliae*” (1648), as classificações até então adotadas, como as dos holandeses Guilherme Piso (1611-1678) e George Marcgraf (1610-1644), não davam conta da totalidade da biodiversidade nacional. Grande parte das pesquisas realizadas no Brasil se limitaram ao litoral e parte do Sertão, sendo “pouco citadas espécies de ocorrência exclusiva na Amazônia, nos Pampas e no Pantanal, em comparação com espécies de ocorrência na Caatinga, na Mata Atlântica ou no Cerrado, biomas onde estes autores estiveram” (TOMCHINSKY; MING, 2019, p. 10). Mas não apenas a falta de melhores descrições das características botânicas é um limitador no estudo dos percursos intercontinentais traçados pelas plantas, como também a variedade de termos que lhes são popularmente adotados. Tomando como exemplo, uma das dificuldades em identificar as primeiras descrições da melancia (*Citrullus lanatus*)

é porque alguns relatos mencionam melões, sem distingui-los. Na língua inglesa e alemã, a melancia é denominada melão d'água [watermelon e wassermelone, respectivamente]. Os portugueses também chamavam a melancia de melão da Índia. Já na língua francesa, a melancia é chamada de pastèque, cuja raiz etimológica é a mesma para as denominações do fruto nas línguas árabe e persa. Essas evidências linguísticas permitem inferir que a melancia percorreu caminhos diferentes até chegar ao Brasil no século XVI (CORREA, 2010, p. 100).

As frutas, membro da família *Cucurbitaceae*, como melões e melancias, têm origem africana e asiática, mas, através do Egito, percorreram a Europa durante a ocupação greco-romana. A melancia teve boa adaptação ao solo ibérico, sendo posteriormente trazida ao Brasil através dos portugueses. Ou seja, as variedades brasileiras surgem da combinação de espécimes trazidos da África – juntos com negros escravizados – com exemplares europeus. Essas novas espécies são o resultado de cruzamentos entre indivíduos conectados por camadas de sedimentos sócio-políticos – nem sempre harmônicos – e, portanto, são exemplos e materializações de contatos entre organismos da mesma espécie (humana) que impactam em outras (plantas e animais):

Além das sementes trazidas do reino, outras chegaram diretamente da África. Durante a União Ibérica (1580-1640), a fruta já se encontra em Pernambuco. Como os holandeses também se meteram no tráfico de escravos, é provável que no jardim botânico de Nassau, onde havia centenas de espécies de plantas africanas, novas variedades de melancias foram aportadas da África central. A conexão escravista entre Rio de Janeiro e Luanda deve também ter favorecido a introdução de melancias (CORREA, 2010, p. 108).

Ressaltamos, inclusive, as naturezas-mortas de Albert Eckhout (1610-1665) como documentos dessa presença vegetal no Brasil durante o período de ocupação holandesa no litoral nordestino.



Fig. 1 - Abacaxi, melancias e outras frutas. Albert Eckhout, século XVI. óleo sobre tela. Fonte: NUTRIÇÃO VISUAL. Disponível em: <https://nutricaovisual.art.br/historia/albert-eckhout/>. Acesso em: 15 jan 2023.

Na figura 1 nos serve de exemplo para ressaltar como o pintor inseriu melancias com outros exemplares autóctones (cajus, maracujás e abacaxi) ou não (laranjas e coco) num conjunto compositivo salientando essa fusão não apenas de biodiversidade, como também dessa nova identidade cultural-alimentícia construída através da imagem. Esse âmbito visual não alcança apenas aspectos sensoriais, como também simbólico-culturais, exemplificados pelas diversas obras de arte que circulam nos espaços religiosos brasileiros. Se numa dimensão científica, as Ordens religiosas aqui tratadas contribuíram para o registro textual de plantas, flores, frutos, raízes e ervas locais, esses frades e monges também trouxeram para dentro de igrejas, conventos e mosteiros outros níveis de registro documental através das representações pictóricas, escultóricas e/ou arquitetônicas. A circulação desse conhecimento sobre a biodiversidade brasileira se alimenta da tradição europeia para modular o pensamento simbólico colonial, como evidencia Eduardo Luis Araújo de Oliveira Batista:

A conversão das frutas europeias em brasileiras não partiu do olhar ingênuo e nativista de um artista local destreinado, mas de uma leitura teológicocristã dos missionários que identificavam o Novo Mundo com o paraíso terreal. É dentro dessa perspectiva que o aproveitamento das frutas tropicais pelo barroco brasileiro deve ser visto, como parte da visão de mundo representada pelo pensamento cristão e como uma estratégia de aproximação dos missionários com a realidade local. A apropriação pela Igreja católica de símbolos e iconografia de outras culturas e religiões é uma estratégia desenvolvida ao longo de sua história, e o próprio aproveitamento dos motivos clássicos gregos pagãos aponta nessa direção (BATISTA, 2017, p. 393-394).

O autor destaca o papel do discurso cristão na formulação da imagem da biodiversidade brasileira que passa a adentrar no campo simbólico. Os religiosos atribuíram um sentido social às plantas, tornando-as parte tão inerente da vida colonial que o próprio frei Antônio do Rosário associou com membros dessa sociedade, em 1702, através de sua obra "Frutas do Brasil numa nova, e ascetica Monarchia, consagrada à Santissima Senhora do Rosario". O frade franciscano relaciona o abacaxi aos reis, a cana-de-açúcar às rainhas,

enquanto as melancias, por exemplo, foram atribuídas aos padres de maneira indireta. Ao invés de se referir diretamente à fruta em questão, o autor opta por utilizá-la como ponte simbólica afro-euro-americana para os umbus (*Spondias tuberosa*), fruta da caatinga conhecida pelo seu tubérculo (reservatório de água nas raízes) para aguentar os tempos de seca:

Os Umbús são como ameixas, comense como Melancias; nos sertões onde não ha rios, nem fontes, he o refrigerio da sede: pelos desertos desta America he muito necessaria a virtude desta fruta nos Pastores, & Parochos, que tem obrigação de darem os alimentos, & refrigerios espirituaes às suas ovelhas, que padcem a fome do pão da doutrina, & sede dos Sacramentos da Igreja (ROSÁRIO, 1702, p. 110).

Retornando à questão dos caminhos percorridos pelas plantas, não são raros os casos que fizeram parte do trânsito indireto. Warren Dean exemplifica como esse processo ocorre de maneira aleatória através da possível chegada do abacate (*Persea americana*) ao Brasil. Apesar de ser uma fruta originária da região central das Américas, o que nos faz pressupor uma vinda por terra ou pela costa americana, a planta provavelmente alcançou o território brasileiro através do comércio com as ilhas do Oceano Índico. Ou seja, o abacate é um exemplo da importância nessa nova rede biocomercial que se estabelece na Idade Moderna que contribuiu para o enriquecimento alimentar nacional de maneiras pouco óbvias:

Chegou ao Rio em 1809 um oficial de Marinha, Luiz d'Abreu Vieira e Silva. Capturado pelos franceses numa viagem pelo Oceano Índico, fora levado para a ilha Maurícia. Solto, conseguiu obter sementes de várias espécies, inclusive de noz moscada, cânfora, manga, lichia, abacate, e da palmeira que viria a ser o ornamento mais distintivo do Jardim Botânico do Rio de Janeiro (DEAN, 1991, p. 223).

Essa remodelagem da realidade local através de percursos, diretos ou indiretos, não se limita ao Brasil. Aquilo que se iniciou na Antiguidade, foi intensificado no Período Colonial e se perpetua na atualidade. Ao longo da Idade Moderna, os microuniversos, que outrora estavam espalhados e cresciam com maior autonomia, foram estimulados pela economia mercantilista para o cruzamento cada vez mais intenso de fronteiras. As viagens ao longo dos oceanos aceleraram esses processos de troca, como também agregaram a esses trânsitos novas intencionalidades. Não se trata apenas de levar plantas consigo com o objetivo de vender aquilo que o outro não possui, é uma questão de reconfigurar os microuniversos dominados, torná-los compradores e produtores desses vegetais convertidos em parte do comércio. Tais circunstâncias tornaram os indivíduos desse período parte de uma nova mentalidade que contribuiu para repensar e reconfigurar as dimensões locais e globais. A aliança entre o pensamento científico moderno – concentrado em tentar entender e dominar os organismos vivos – e o comércio colonial tornaram possível deslocar essas plantas e entender as suas adaptabilidades e as suas vantagens para as vivências tanto desses microuniversos como das teias construídas na dimensão global. Ou seja, a intencional reformulação biológica e cultural dos espaços ocupados e dominados pelos Estados mercantilistas – ou como define Serge Gruzinski, uma “economia-mundo” (GRUZINSKI, 2001, p. 178) –, que culminam numa modificação na identidade dos povos tão forte ao ponto de hoje ser impossível desassociar os alimentos e as ervas das suas tradições, costumes e mesmo necessidades nutricionais. Se hoje naturalizamos certas plantas como parte inerente da cultura culinária e medicinal brasileira, isso é resultado da reconfiguração promovida ao longo do período moderno, e isso não ocorre apenas no Brasil. William Beinart e Karen Middleton

exemplificam a substancial transformação das possibilidades alimentares africanas diante do acesso aos biomas exóticos:

os africanos adotaram muitas espécies americanas. Ao longo dos séculos elas passaram a fazer parte das principais culturas alimentares da África, sendo hoje vistas, muitas vezes, como nativas ou naturalizadas. É quase impossível conceber sistemas alimentares africanos sem o milho, a mandioca, a pimenta-malagueta, o tomate, os feijões americanos e o amendoim, sem deixar de mencionar as peras espinhosas e o tabaco. Cultivos do Oriente como a cana-de-açúcar, os cítricos, as mangas, alguns tipos de arroz e, principalmente, plátanos e bananas, também têm sido importantes. Assim como, mais recentemente, vegetais como a cebola, o repolho e as batatas (BEINART; MIDDLETON, 2009, p. 173).

O que os historiadores reforçam como certas plantas, assim como animais, se tornam parte da cultura local de maneira tão intensa e intrínseca que se torna difícil para os habitantes reconhecerem a origem daquilo que consomem, afinal, se “para o olhar estrangeiro, as melancias, as mangas, as jacas e as bananas ainda eram exóticas, para os brasileiros essas frutas já faziam parte da “paisagem cultural” desde o século XVI” (CORREA, 2010, p. 112). A questão é que a memória da população se distancia desse passado e se torna mais fácil se esquecerem, se apropriarem e creditarem à sua própria terra o princípio natural das plantas exóticas, afinal, a carência educacional e investigativa historiográfica sobre o tema facilitam o processo de apagamento – intencional ou não. Warren Dean constata que muitas vezes, essa implantação e perpetuação tão eficaz e intensa se deve aos interesses econômicos dos povos oriundos de outros pontos do mundo que se aproveitaram da “facilidade com que se aclimataram espécies exóticas, livres das doenças e pragas co-evoluídas no seu habitat natural, [o que] diminuiu muito os custos da produção” (DEAN, 1991, p. 217), comportamento visto também em outras partes do mundo. Assim como plantas para fins alimentares foram ajustadas aos objetivos humanos, ervas de uso médico também passaram por processos de deslocamento, fixação, adaptação, uso e desuso.

Plantas medicinais

Na luta pela sobrevivência, que é algo inerente aos seres vivos, as ações humanas foram direcionadas não apenas a sanar as necessidades alimentares, como também os males físicos, mentais e espirituais. Tentando interpretar e curar as doenças, os indivíduos buscavam na natureza que os envolvia os recursos necessários para tanto. A cada ciclo evolutivo, em diferentes tempos e sociedades, novas possibilidades curativas surgiam à medida que grupos de diferentes localidades no globo interagiram entre si e compartilharam suas experiências medicinais. Como lembra Isaac Facchini Badinelli, a cura das doenças é também uma experiência social:

As sociedades desenvolvem diferentes formas de lidar com suas moléstias e com seus doentes. Estar doente é também uma experiência social. O meio social exerce influência decisiva e configura modificações nas formas de interpretar as doenças e também nas práticas de cura das mesmas. O tratamento das doenças sempre foi encarado como uma necessidade, e mesmo em tempos mais remotos, nos quais as grandes epidemias faziam do homem refém, essa nunca foi uma batalha perdida (BADINELLI, 2014, p. 12).

Na busca por atender essas necessidades básicas aparece o uso das espécies vegetais (cf. GARCIA, 1995 *apud* ROCHA *et al.*, 2015).

O consumo de plantas medicinais no Brasil/América antecede a presença de europeus

nesse território. As terras férteis e de abundante flora propiciaram o uso, e a posterior exploração europeia, de diferentes plantas que serviam para fazer unguentos, pomadas, infusões etc. Os recursos usados pelos indígenas, a partir do manuseio das ervas e demais plantas, enfatizando a diversidade da flora nativa, foram sendo assimilados aos poucos pelos colonizadores, e incorporados em sua própria farmacopeia. Contudo, o trato das doenças não se restringia à manipulação de plantas nativas com qualidades curativas, como também ao cultivo de espécimes trazidos de fora.

Essa possibilidade de aproveitamento da biodiversidade estrangeira na medicina local se deveu à circulação intercontinental desses produtos, sobretudo em sementes. Considerando as relações transoceânicas como uma “via de mão dupla”, os produtos – nesse caso, as plantas medicinais – eram levadas das Américas para o continente europeu, da mesma forma que novas mudas e sementes vinham da Europa para o Brasil e outros territórios americanos, sem deixar de contemplar a Ásia e a África. Entretanto, diversas complicações foram geradas pelo contato do Brasil com a Europa, chegando a prejudicar a produção de alguns exemplares curativos locais: “Muitas plantas estrangeiras, definidas na Europa como ervas daninhas, avançaram sobre a terra brasileira, assim como muitas das pestes que atacaram as plantas da Colônia tinham desembarcado do continente europeu” (BADINELLI, 2014, p. 16). As doenças também eram transportadas nas navegações – outra modalidade de circulação e trânsito de organismos vivos (vírus, bactérias e fungos) com impactos negativos –, afetando a população, fossem portugueses, indígenas ou pessoas escravizadas, necessitando assim de recursos medicinais:

O contato entre a metrópole e a colônia durante o período de exploração do ouro em Minas Gerais foi permeado pelos mais diferentes tipos de interação, e se as minas auríferas geraram lucros incontáveis aos exploradores e à metrópole, trouxeram também doenças e males que atingiram principalmente a força de trabalho utilizada. Para o tratamento desses problemas a colônia dispunha de poucos médicos, sendo comum a ação de cirurgiões e boticários, além de “curandeiros” (BADINELLI, 2014, p. 12).

As crenças, as superstições, as visões mágicas, os ofícios dos curandeiros, também serviam para justificar aquilo que não se podia explicar, especialmente no Brasil do século XVIII que parecia não ter os avanços científicos suficientes para dar conta dessas demandas, ficando o mundo luso-brasileiro à parte do “século das luzes”, como pondera o próprio autor acima referido: “A magia e a cura são apresentadas como pontos centrais das atividades realizadas tanto por curandeiros, quanto pelos licenciados portugueses que estiveram na Colônia” (BADINELLI, 2014, p. 15).

A respeito da prática do curandeirismo no Brasil colonial, Wanna Célli da Silva Souza, que publicou a dissertação intitulada “Cura, saberes e modos de vida na prática do curandeirismo em Bragança-PA”⁴, enfatiza a participação ativa das mulheres como propagadoras dos experimentos a partir de ervas com poder curativo em território brasileiro, e a intolerância que sofriam por essas ações místicas. Não obstante, também em Portugal, entre os séculos XVI e XVIII, segundo ela, predominava o desconhecimento médico/intelectual a respeito do corpo humano, recaindo sobre a mulher muitos paradoxos que iam do divino ao profano, tentando explicar a serventia destes seres femininos, considerados inferiores aos homens:

De modo geral, o corpo feminino era coberto de valores religiosos e

⁴ Dissertação de Mestrado em Linguagens e Saberes na Amazônia, pela Universidade Federal do Pará.

envolvidos pelo sentimento do pecado e da culpa. O conhecimento que predominava no Brasil Colônia era o religioso, envolvido por este imaginário do pecado e dos encantamentos, o corpo, portanto, visto como alvo de feitiço. Essas mulheres, que treinavam seu olhar buscando em seus quintais, nas hortas e nas diversas plantas os signos e significados das práticas de cura e cuidados com o próprio corpo, eram discriminadas tanto pelos médicos quanto pelos religiosos, pois estes, entendendo que o campo do sobrenatural e do mágico se constituía como privilégio de poucos, somente daqueles escolhidos por Deus, não admitiam que mulheres invadissem tais espaços na tentativa de se apropriar destes saberes, a exemplo de curandeiras e benzedoras (SOUZA, 2014, p.24).

O princípio místico do curandeirismo era corroborado por uma ciência insuficiente, onde crenças e superstições tomavam proporções afirmativas para se explicar o desconhecido. Tendo nossos colonizadores trazido sua interpretação de que a doença era um castigo divino, favorecia-se a busca por curas de caráter sobrenatural.

Essa relação que ali se estabeleceu com o sobrenatural significou mais do que um simples processo de cura, quando da ausência de médicos, foi um importante momento para que mulheres tivessem a oportunidade de compartilhar saberes relativos aos seus corpos. Saberes estes oriundos das mais diversas áreas geográficas. Negras, mulatas, índias e brancas realizam trocas de conhecimento, refletidos em gestos, palavras e práticas de cura relativa a cada cultura. Enquanto a ciência médica ia de encontro o pensamento mágico destas mulheres, elas continuavam ali, tentando restituir a saúde e a vida. Nos primeiros tempos de colonização o pensamento girava por estas bases, homens e mulheres acreditavam que a doença era uma advertência divina (SOUZA, 2014, p. 25)

Os saberes sobre os insumos vegetais no tratamento de doenças se propagaram no Brasil Colônia, mesmo através dessas mulheres que podiam ter a descrença por parte de cientistas e religiosos. Isaac Badinelli revela que, ao pesquisar sobre o “Erário Mineral”⁵, escrito por Luís Gomes Ferreira em 1735, encontrou uma série de instruções a respeito da manipulação de plantas com poder curativo, do manuseio das raízes, folhagens, sementes, cascas e frutos. O próprio autor do Erário, dizia em seus escritos que muito da medicina indígena havia sido por ele absorvida, aumentando seus conhecimentos de botânica e práticas de cura. Em seus apontamentos havia receitas de pomadas, unguentos, colírios, sangrias, purgas, xaropes, entre outras. O incentivo para que as pesquisas e os manuscritos sobre o tema pudessem crescer e se difundir passou pelo esforço de Gomes Ferreira e outros naturalistas⁶ em suas viagens. Todos os seus empreendimentos ganharam gradual prestígio, resultando na melhora dos registros catalográficos:

Embora a utilização de produtos da flora em tratados de medicina já estivesse presente desde as viagens dos primeiros naturalistas holandeses em terras brasileiras, somente nos finais do século XVIII esse conhecimento se solidificou com o reconhecimento das qualidades fitoterápicas mundialmente. Esses esforços de gerações de botânicos e naturalistas, que passam a insistir no valor das propriedades medicinais dos produtos da terra irá se iniciar “em

⁵ “Erário Mineral de Luís Gomes Ferreira, foi editado pela primeira vez em Lisboa, em 1735, sendo um dos primeiros tratados de medicina brasileira escrito em língua portuguesa. O livro reúne as experiências de práticas médicas realizadas pelo cirurgião-barbeiro Luís Gomes Ferreira na capitania das Minas Gerais.” (Disponível em books.google.com.br. Acessado em 29/12/2021).

⁶ Vários foram os viajantes que estiveram pesquisando e conhecendo as plantas brasileiras neste período, inclusive o botânico Auguste de Saint- Hilaire que durante sua viagem colecionou grande número de plantas consideradas medicinais (BADINELLI, 2014, p. 66).

um movimento secular de progressão que se iniciou timidamente com os informes do século XVI e XVII, chegando as primeiras catalogações da flora medicinal no final do século XVIII e início do XIX. (WISSENBACH *apud* BADINELLI, 2014, p. 61)

O resultado é a classificação desses espécimes silvestres permitindo a maior dominação das potencialidades da biodiversidade local, enquanto estudavam as condições de aclimação de plantas exóticas, tendo se adaptado melhor aquelas de origem africana ou sul-asiática. Além da crença no poder curativo, essas ervas e alimentos estrangeiros eram visados também pelas vantagens econômicas:

Os portugueses já conheciam muitas plantas africanas desde a sua experiência “pré-brasileira” naquele continente. Pelo seu baixo custo, pela sua fácil adaptação ou pela sua rentabilidade, muitas plantas africanas foram introduzidas no Brasil pelos portugueses. Não se pode olvidar que muitas herbáceas e frutíferas foram trazidas pelas suas funções terapêuticas e propriedades medicinais. A melancia era conhecida pelas suas propriedades diuréticas e vermífugas (CORREA, 2010, p. 100).

Para fomentar o comércio de plantas e especiarias entre Portugal e suas colônias, no ano de 1683, já havia sido introduzido no Brasil o plantio da canela e da pimenta, obtendo resultados positivos. Com isso, a manutenção das feitorias e fortalezas na Índia acabaram tornando-se menos atrativas para os lusitanos. No mesmo período, ainda foram introduzidas na alimentação e na medicina brasileiras outras especiarias, como o gengibre (*Zingiber officinale*), cujo cultivo era inicialmente proibido fora do território português na Ásia, mas admitido devido a concorrência holandesa:

Baixou-se um édito permitindo aos brasileiros enviar à metrópole o gengibre, reconhecendo-se assim implicitamente um fato consumado – a existência da planta proibida na colônia [...] A perspectiva de lucrar com esta transferência e de arruinar o comércio dos rivais holandeses foi suficientemente atraente para justificar os custos e os perigos. Desse modo, o príncipe regente, em 1677, ordenou ao governador de Goa o envio de sementes de cravo, canela, pimenta, noz moscada, e – curiosamente – gengibre (DEAN, 1991, p. 219).

Cabe ressaltar que as relações intercontinentais, especialmente envolvendo a circulação das plantas, não se davam apenas da Europa para as Américas. Gruzinski enfatiza que, também, a comunidade europeia sofria influências culturais associadas ao uso de determinados cultivos comuns em solo americano. Encurtando as distâncias por uma aproximação de interesses comerciais, a circulação desses produtos se fazia de maneira progressiva. Se dava o “aumento de consumos extra europeus para a Europa ocidental: ao mundo dos adeptos do tabaco, antes limitado a alguns grupos ameríndios da América” considerando que “a circulação das novas plantas e drogas e as transformações farmacopeias europeias são representativas destes movimentos que convergem sobre a península ibérica ao invés de partir dela” (GRUZINSKI, 2001, p. 183). O autor dá continuidade ao argumento afirmando que muitos desses produtos botânicos chegaram à Península Ibérica através da Ásia, estreitando a proximidade biocultural entre a América e o Oriente.

Durante o Período Colonial, entre o Brasil e Portugal a troca de conhecimentos – desde a medicina indígena levada daqui, como os estudos lusos trazidos para cá –, além da circulação das próprias plantas, deixaram marcas na paisagem, influenciaram os hábitos, contribuíram socialmente e economicamente: “ao longo dos séculos XVI, XVII e XVIII, produtos derivados da biodiversidade vegetal brasileira foram amplamente empregados na

Europa alimentando uma lucrativa rede comercial” (ROCHA *et. al*, 2015, p. 50). E como referência, essa interação pode ser atestada pelas obras dos naturalistas que foram vetores da rede que interliga os mundos distantes e conectados.

Serge Gruzinski reitera em diversos momentos de sua obra como o expansionismo ibérico se dá por diferentes fatores e agentes sociais, cuja somatória vai implicar em conceitos de “circularidade”, e até mesmo de “mundo”, “local” e “global”. Ao passo que a ideia do “global” parece estar associada ao que compreende todo globo terrestre, sobretudo no Período Moderno – o que inclui o Brasil Colonial –, a ideia de “mundo” era transmitida pelos desbravadores e pelos pesquisadores, especialmente, quando adentrando em vários “locais” se apropriavam de seus bens culturais nativos, enquanto implantavam os elementos de suas próprias origens. Afinal,

com a dispersão dos ibéricos nos espaços da monarquia católica as perspectivas mudaram e diversificaram-se. Desenhou-se uma virada na percepção ocidental do mundo: a partir desta época novas comparações podem ser feitas desde um ponto de vista situado em terras longínquas que oferecem um novo quadro de referência, que se sobrepõe ao quadro europeu ou ibérico. Por isso, o médico estabelecido no México, Juan de Cárdenas, pode usar a fórmula “mais nas Índias do que em qualquer outra parte ou província do mundo” (GRUZINSKI, 2001, p. 182).

Essa mistura de mundos generaliza-os ao mesmo tempo em que os mescla num só universo, percebendo através dos emaranhados dessas redes de proporções intercontinentais. Dessa forma, a circulação de plantas, durante a Idade Moderna, criou laços hoje difíceis de mensurar que desafiam o historiador a pensar as trocas comerciais e culturais entre povos tão distantes. Se um médico no México pode usar fórmulas orientais, ou um cozinheiro brasileiro pode preparar um prato de origem africana, isso se deve aos inúmeros traslados – estimulados pela necessidade e a ambição – realizados ao longo do tempo e intensificado nos séculos XVI e XVII, favorecendo o conceito de “mundos” em conexão. Resta aos historiadores perseguir essa trilha – terrestre e oceânica – e refletir sobre como plantas, sejam elas alimentícias e/ou medicinais, contribuíram para reconfigurar a realidade tanto nos microuniversos como no planeta como um todo.

Considerações finais

Ao analisarmos como os recursos botânicos circularam entre os continentes e suas relações com o Brasil Colonial propusemos uma reflexão sobre as trocas comerciais advindas da expansão ibérica, perspectivando formas de interpretação sobre a origem e identidade de gêneros alimentícios a nível global. No ponto de vista alimentar reconhecemos como a complexidade gastronômica atual, e o seu conceito enquanto identidade dentro de cada sociedade, se deve às redes de relação econômico-culturais, permitindo que plantas de diversas regiões do planeta componham uma dieta independente da localidade onde se originaram. Tamanha compreensão daquilo que temos ao nosso redor se perde no distanciamento sócio-histórico desses percursos intercontinentais, ocorridos de maneira espontânea ou modulada pelos interesses humanos. As facilidades ou dificuldades produtivas de uma determinada região geraram modificações na paisagem, no dia a dia dos indivíduos e na forma como esses interagem com a biodiversidade. A partir da circulação de plantas alimentícias e medicinais – sementes, folhas, cascas, raízes e frutos –, por entre os continentes, firmou-se uma prática que perdura, ainda hoje, a respeito das disposições e aprimoramentos dos conhecimentos científicos e culturais em dimensões globais. As

conexões de mundo através da circulação de plantas, dão conta de revelar as redes de socialização iniciadas desde o princípio da história humana, e em contínua evolução. Com o projeto expansionista e colonizador europeu, a abrangência, a velocidade e a complexidade dessas relações se ampliaram gradualmente. Plantas de uso culinário e/ou farmacológico se adaptaram às necessidades locais, mas também romperam as fronteiras geográficas, permitindo que indivíduos das mais distantes regiões tivessem acesso aos mesmos produtos, se moldando de acordo com as respectivas culturas onde foram bem recebidos.

Como todas as interações sociais, a circulação de plantas, de pesquisadores naturalistas e seus saberes, não foi isenta de problemas. Ao se descobrir soluções para certas adversidades, há sempre o risco de, também, se desencadear malefícios até então desconhecidos, como consequência e ônus de toda especulação. Assim como as ervas daninhas de origem europeia se espalharam pelo solo americano, certas moléstias também tiveram grande propagação e dano. Foi necessário, através de conhecimentos médicos, o uso e aprimoramento dos métodos fitoterápicos. As plantas, sejam de origem autóctone ou estrangeira, foram aliadas na busca pela formulação de remédios e antídotos mais eficazes para tratar esses males. Nesse momento a realidade colonial brasileira, ainda contava com curandeirismos e ervas milagrosas, que também foram absorvidas pelas pesquisas científicas europeias, contribuindo para o surgimento de diversos tratados, catálogos, erários, desenhos e demais documentações sobre o tema. Tais recursos nos possibilitam melhor compreender as complexas redes de relação entre mundos. Neste artigo procuramos seguir os fios dessas tramas que nos levam a desvendar as dinâmicas alimentares e farmacológicas que enlaçam o Brasil Colonial aos demais continentes do globo.

Referências

BADINELLI, Isaac Facchini. *Saúde e Doença no Brasil Colonial: Práticas de cura e uso de plantas medicinais no Tratado Erário Mineral de Luís Gomes Ferreira (1735)*. Monografia (Bacharelado em História). Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2014.

BATISTA, Eduardo Luis Araújo de Oliveira. Iconografia tropical: motivos locais na arte colonial brasileira. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, vol. 25, n. 1, p. 359-401, 2017.

BEINART, William; MIDLETON, Karen. Transferências de plantas em uma perspectiva histórica: o estado da discussão. *Topoi*, Rio de Janeiro, vol. 10, n. 19, p. 160-180, 2009.

CORREA, Sílvio Marcus de Souza. Africanidades na paisagem brasileira. *INTERthesis*, Florianópolis, vol. 7, n. 1, p. 96-116, 2010.

DEAN, Warren. A botânica e a política imperial: a introdução e a domesticação de plantas no Brasil. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 4, n. 8, p. 216-228, 1991.

DONINI, Cinthia V. Zúniga de Souza; SANTOS, Christian Fausto Moraes dos. Aliviam e temperam: uso e emprego das drogas do sertão no século XVIII. In: *VIII Congresso Internacional de História, XXII Semana de História*, p. 909-917, 2017.

GRUZINSKI, Serge. Os mundos misturados da monarquia católica e outras *connected histories*. *Topoi*, Rio de Janeiro, p. 175-195, 2001.

ROCHA, Francisco Angelo Gurgel da; RAÚJO, Magnólia Fernandes Florêncio de; COSTA, Nilma Dias Leão; SILVA, Roberto Pereira da. O uso terapêutico da flora na história mundial.

Holos, Natal, ano 31, vol. 1, p. 49-61, 2015.

ROSÁRIO, Antônio do. *Frutas do Brasil numa nova, e ascetica Monarchia, consagrada à Santissima Senhora do Rosario*. Lisboa: Oficina de Antônio Pedrozo Galram, 1702.

SOUZA, Wanna Célli da Silva. *Cura, saberes e modos de vida na prática do curandeirismo em Bragança-PA*. Dissertação (Mestrado em Linguagens e Saberes na Amazônia). Belém: Universidade Federal do Pará, 2014.

TOMOCHINSKY, Bernardo; MING, Lin Chau. As plantas comestíveis no Brasil dos séculos XVI e XVII segundo relatos de época. *Rodriguésia*, Rio de Janeiro, vol. 70, p. 01-16, 2019.

Notas de autoria

Larissa Patron Chaves é professora Associada do Centro de Artes da Universidade Federal de Pelotas. Possui Graduação em Artes Visuais pela Universidade Federal de Pelotas (1995), Mestrado em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (2002), Doutorado em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (2008), com período de atuação em estágio de doutoramento na Universidade do Porto (Portugal) entre os anos de 2005 e 2006 e Pós Doutorado em História, pelo Centro de Investigação em Ciência Política da Universidade de Évora, Portugal (2019). Tem experiência na área de Arte e História, com ênfase em Teoria, História e Crítica de Arte, Metodologia da Pesquisa e Ensino da Arte. Coordena o Programa de Pós Graduação em Artes da Universidade Federal de Pelotas e integra o corpo docente permanente do Programa de Pós Graduação em História, Mestrado e Doutorado, da mesma Universidade. Atua principalmente nos seguintes temas: fronteiras e identidades disciplinares, imaginário e representações, imigração portuguesa, história colonial, iconografia sacra, história da arte e Arte Educação. E-mail: larissapatron@gmail.com

Mônica Lucas Leal de Macedo é Arquiteta e Urbanista (UFPel-1997), mestre em Memória Social e Patrimônio Cultural (UFPel-2020), doutoranda em História (UFPel). Atua na área de Ciências Humanas - Educação e cultura. É membro dos grupos internacionais de pesquisa: “Casas Senhoriais e Seus Interiores: Estudos Luso-brasileiros em Arte, Memória e Patrimônio” da Fundação Casa de Rui Barbosa-RJ e Universidade Nova de Lisboa; e “Identidades Luso-brasileiras e Conexão de Mundos: História e Representação no Mundo Luso-brasileiro” da Universidade Federal de Pelotas e Universidade de Évora. E-mail: monica.macedo.ni@gmail.com

Rafael Ferreira Costa é doutorando em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pelotas (PPGH-UFPel) e recebe apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001. É bacharel e licenciado pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) – tendo concluído em 2015 e 2018, respectivamente – e mestre em História da Arte Portuguesa pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto (FLUP), concluído em 2017. Desenvolve pesquisas relativas à tratadística, à iconografia e à história da Ordem dos Frades Menores de São Francisco no Brasil, tendo como foco atual os estudos sobre a iconografia franciscana presente nos tetos dos conventos franciscanos do Nordeste. E-mail: rafael.fe.costa@gmail.com

Como citar esse artigo de acordo com as normas da revista

CHAVES, Larissa Patron; COSTA, Rafael Ferreira; MACEDO, Mônica Lucas Leal de. Plantas em trânsito: a circulação de gêneros alimentícios e espécimes medicinais na construção da biodiversidade no Brasil Colonial. *Sæculum – Revista de História*, v. 28, n. 49, p. 142-158, 2023.

Contribuição de autoria

Concepção e elaboração do manuscrito: Larissa Patron Chaves; Monica Leal Macedo; Rafael Costa

Coleta de dados: Mônica Leal Macedo; Rafael Costa.

Análise de dados: Mônica Leal Macedo; Rafael Costa.

Discussão dos resultados: Larissa Patron Chaves; Mônica Leal Macedo; Rafael Costa.

Revisão e aprovação: Larissa Patron Chaves.

Financiamento

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

Consentimento de uso de imagem

Não se aplica

Aprovação de comitê de ética em pesquisa

Não se aplica

Licença de uso

Este artigo está licenciado sob a [Licença Creative Commons CC BY-NC 4.0](#). Com essa licença você pode compartilhar, adaptar, criar para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra.

Histórico

Recebido em 25/07/2023.

Modificações solicitadas em 08/12/2023.

Aprovado em 29/12/2023.